

Evidências de que o trabalho de

CLAUDIO ABREU

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA,

de subtítulo ***CONTRA O VENENO DA COBRA,***

SÓ O PRÓPRIO VENENO DA COBRA,

concluído em 31/08/1993,

serviu de base para a elaboração do **Plano Real**

Rio de Janeiro, 07/12/2010

Introdução

Neste texto são apresentadas as evidências de que o trabalho [A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA](#), de subtítulo "*CONTRA O VENENO DA COBRA, SÓ O PRÓPRIO VENENO DA COBRA*", de 31/08/93, de Claudio Abreu, serviu de base para a elaboração o Plano Real.

Ele foi feito uma iniciativa pessoal do Autor em apoio à campanha liderado pelo saudoso Betinho, denominada Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e a Favor da Vida, que contou com o apoio das três Associações de Funcionários do Sistema BNDES (AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME).

Claudio Braga de Abreu e Silva, nasceu em Cachoeiro de Itapemirim/ES, em 08/11/1949, é engenheiro civil, mestre em administração de empresas, empregado da BNDESPAR desde março de 1995 e diretor da AFBNDESPAR desde maio de 1992.

Em maio de 1993, o saudoso Betinho pediu uma reunião com o presidente do Sistema BNDES, Dr. Delben Leite, com a presença dos presidentes e diretores das suas três associações de funcionários. O objetivo foi pedir o apoio das empresas e de seus empregados para a louvável campanha que ele estava implantando denominada “Ação da Cidadania, contra a miséria e a fome e pela vida”. Ao se despedir de Betinho, na porta do elevador, o Autor disse a ele que o que seria mais eficaz para reduzir a miséria e a fome no país seria acabar com a sua enorme inflação, que prejudicava fortemente os mais pobres, e se com prometeu a propor como fazer isso.

Em 22/07/93, durante uma viagem a Brasília, em companhia dos presidentes da AFBNDES (Sérgio Roberto Lima de Paula), da AFBNDESPAR (Adilson Vianna Costa) e AFFINAME (Jane Maria Coelho Duarte), e do diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro (Antônio Saraiva da Rocha), o Autor apresentou suas idéias para acabar com a inflação brasileira aos seus colegas e o Saraiva, também empregado do BNDES, o estimulou a escrevê-la.

A primeira versão desse trabalho foi entregue ao Dr. Delben Leite, presidente do BNDES em 30/07/93, e nela já se propunha a indexação total da economia.

A segunda versão do trabalho foi entregue no dia 09/08/93 pelo Autor pessoalmente ao Dr. Raul Julgmann, então secretário-executivo da SEPLAN, em uma reunião, da qual participou com o presença dos seus colegas citados. Nela já era proposto indexador cambial determinado por uma cesta de moedas, de valor inicial igual a 1 US\$, a ser utilizado opcionalmente nos seis meses previstos para a fase de preparação, o qual se transformaria na nova moeda forte nacional na fase seguinte, de estabilização/consolidação. Isto, infelizmente, acabou sendo a alternativa adotada para o Plano Real.

Em 13/08/93, entreguei a terceira versão preliminar do trabalho ao Dr. Antônio de Oliveira Santos, presidente da CNC - Confederação Nacional do Comércio, que em 17/08/93 me agradeceu por escrito o seu envio. Dessa forma, ele foi o primeiro representante do setor privado a receber a proposta e acusar seu recebimento.

Essa terceira versão já continha o conteúdo da versão final (de 31/08/1993), contendo a fase de estabilização (de um ano ou mais, onde tudo permaneceria atrelado ao indexador, agora de forma compulsória), e, depois, a fase de consolidação, onde o indexador se transformaria na nova moeda forte e seria proibida toda e qualquer indexação na economia.

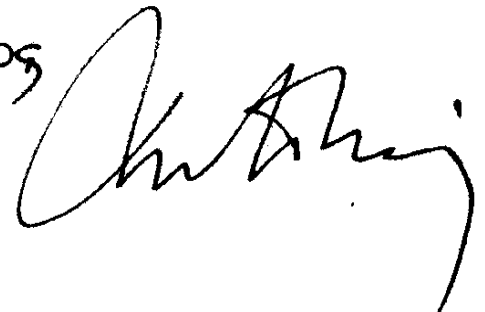
ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Presidente
da Confederação Nacional do Comércio

Rio, 17/08/93.

Prezado Claudio,

Recebi seu trabalho e agradeço. No momento está sendo analisado pelo Ministro Ernane Galvêas.

Abrços,



Em 03/03/93, o Autor enviou a versão final, de 31/08/93, para Edmar Bacha, assessor do ministro da Fazenda FHC, e a entregou em mãos para Aspásia Camargo, presidente do IPEA, para o economista Fernando de Hollanda, da FGV/RJ, para o jornalista Conrado Pereira, entre outros, numa reunião ocorrida no BNDES, na qual os dois primeiros foram palestrantes.

Em 08/09/1993 a Tribuna da Imprensa publicou matéria (ao lado) do saudoso jornalista Conrado Pereira "Técnico sugere o cruzeiro cambial".

Essa foi a primeira notícia a ser publicada na imprensa brasileira e mundial sobre uma proposta, que inexistia no meio acadêmico, de se utilizar um indexador diário relacionado ao câmbio para debelar a inflação inercial no nosso país,

Edição de 08/09/1993 do jornal Tribuna da Imprensa / RJ

Técnico sugere cruzeiro cambial

Conrado Pereira

Técnico há 18 anos e lotado na área financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cláudio Braga de Abreu e Silva acaba de entregar ao Assessor Especial do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, professor Edmar Bacha, um projeto em que sugere a criação do cruzeiro cambial (CrC\$) como indexador diário negociado.

A nova "moeda" teria o valor diário calculado pela média ponderada de uma cesta de moedas estrangeiras, reservas cambiais, comércio exterior e serviços. Este indexador seria o substituto do distorcido sistema de indexação diferenciada, fruto das inflações inercial (indexação da economia), de expectativa ou empresarial (juros altos e preços abusivos) e a governamental (emissão de moeda e dívida interna).

Cláudio Braga é diretor financeiro da Associação dos Funcio-

nários do BNDESPar. Ele garante que a soma das inflações empresarial, feita pela margem excessiva do ganho dos agentes econômicos e governamental, gerada pelo desequilíbrio fiscal-monetário e pelos gastos públicos, é a inflação real de cada mês, acima da inflação inercial. Para o técnico sua proposta contempla alternativas como dolarização, congelamento, pré-fixação, "Conselho da Moeda", âncoras cambial e monetária.

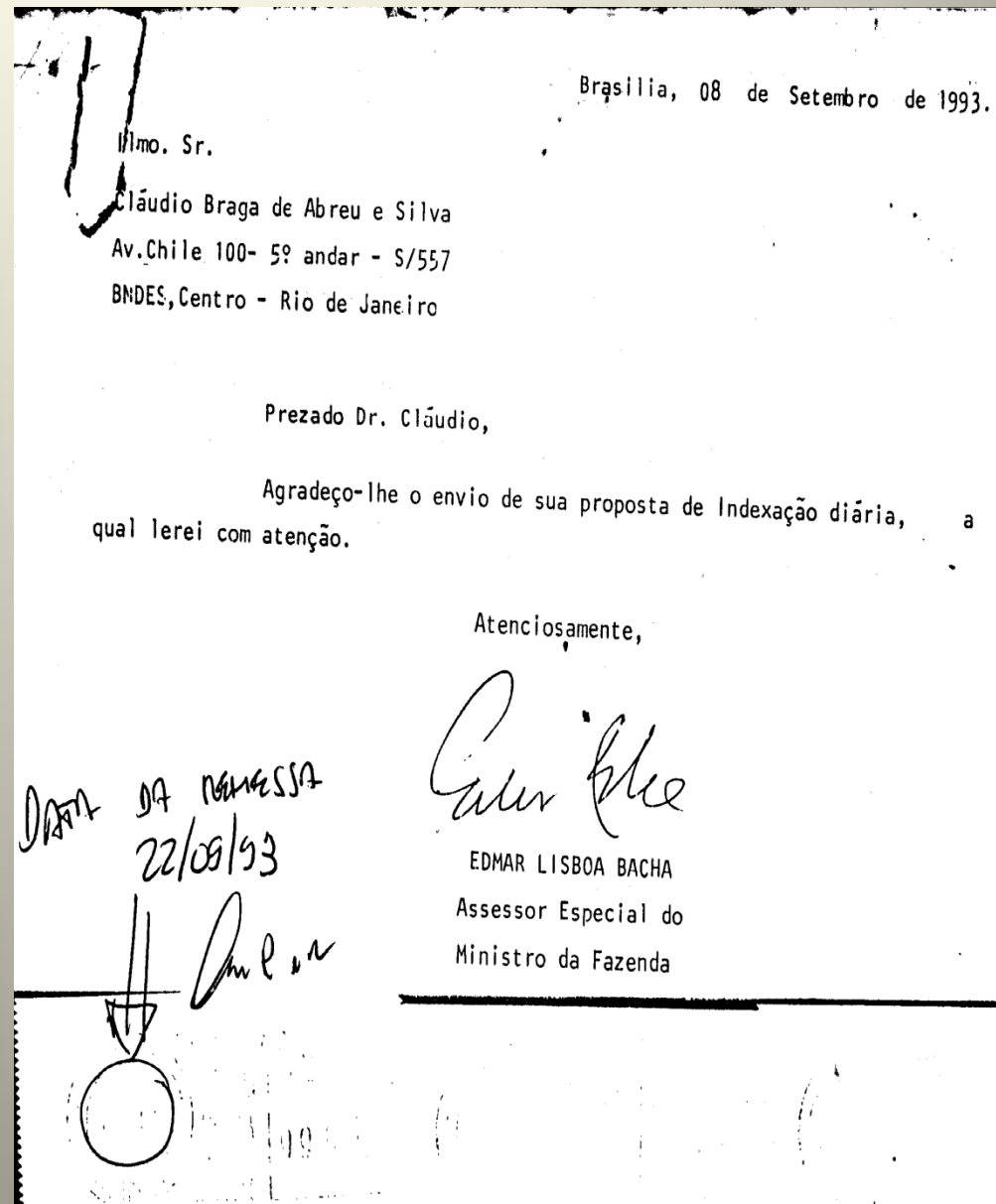
A implantação da indexação negociada, segundo Cláudio Braga, far-se-ia em três etapas: preparatória, para vencer os efeitos sociais e econômicos da inflação inercial e da indexação diferenciada (permitir a indexação diária de contratos de preços, salários, juros e câmbio); estabilização, com redução ou eliminação da inflação inercial, com fixação temporária de câmbio; e consolidação, quando se eliminaria, em definitivo, a indexação, através de sua proibição.

EVIDÊNCIAS DE QUE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA, DE CLAUDIO ABREU,
DE 31/08/1993, SERVIU DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO REAL

Edmar Bacha, que havia recebido o trabalho “A Indexação Diária Negociada” no dia 03/09/93, redigiu um cartão de agradecimento do Autor no dia 08/09/1993.

Notar que isso se deu no mesmo dia em que foi publicada na Tribuna da Imprensa a notícia “Técnico sugere o cruzeiro cambial”, que logo no seu início informa que o trabalho lhe havia sido entregue ao assessor do ministro da Fazenda FHC.

Contudo, a postagem só foi feita no correio no dia 22/09/93, conforme será novamente comentado mais adiante.



O Autor iniciou então, com apoio da AFBNDESPAR, divulgação do trabalho, enviando-o para umas 200 pessoas, em especial para:

- 08/09/1993: FHC e seus assessores Lara Resende, Pécisio Arida e Winston Fritsch e diversos jornais, jornalistas, entre outros.
- 09/09/93: o presidente Itamar Franco, senadores José Sarney, Mario Covas e deputado José Serra e outros.
- 10/03/93: Pedro Malan e outros
- 13/09/93: o governador do Ceará, Ciro Gomes, presidente do PSDB, Tasso Jereissati e outros.

O autor recebeu 35 cartas de agradecimento de pessoas importantes do país, da equipe econômica, Senado e Câmara, e representantes da indústria, do comércio, bancos, trabalhadores e universidades.

No dia 10/09/1993, O Estado de S. Paulo, informou que a equipe econômica estava analisando a criação de um indexador na economia. Nos dias seguintes saíram várias notícias apontando tal fato.

No dia 15/09/1993, o Autor telefonou, a pedido, para Pécisio Arida, que havia acabado de assumir a presidência do BNDES, que lhe agradeceu o envio do trabalho, e disse que já o lera e iria lê-lo de novo com mais atenção, mas que não iria comentá-lo por questões óbvias, o que estaria fazendo naquele momento caso fosse a 15 atrás, quando ele ainda não fazia parte do governo.

No livro "A Historia Real", de Gilberto Dimenstein e Josias de Souza (Editora Ática, outubro/94), é narrada uma reunião que teria ocorrido em meados de setembro/93, na casa de Fernando Henrique em Brasília, entre os membros da equipe econômica e a cúpula do PSDB, na qual teria sido apresentada aos políticos a idéia geral do plano de estabilização em estudo, bem semelhante ao que foi proposto em "A Indexação Diária Negociada".

Segundo o livro A História Real, Edmar Bacha, auxiliado por Gustavo Franco (outro da equipe econômica), teria feito um trabalho, cujo "texto original, concluído em 31 de agosto, foi chamado de Bacha 1". Ele "continha apenas duas fases do plano."

É curioso o fato de que Edmar Bacha teria concluído seu Bacha 1 na mesma data de "A Indexação Diária Negociada", sendo ele o primeiro da equipe econômica a recebê-lo.

Isso pode ser visto nos trechos do livro da pagina 117 transcritos ao lado.

A HISTÓRIA REAL pag.117

Peça decisiva na definição do cacife que seu partido teria no jogo eleitoral, Fernando Henrique decidiu, em meados de setembro, chamar o alto comando do PSDB para uma conversa franca. Exibiria às estrelas de seu partido o arsenal de que dispunha para controlar a inflação.

Marcou-se a conversa para o apartamento funcional do ministro (...)
Dias antes, o programa rascunhado por Bacha fora ampliado. Os garranchos que havia depositado no papelzinho azul de sua agenda transformaram-se num encorpado documento, redigido com o auxílio de Gustavo Franco.

O texto original, concluído em 31 de agosto, foi chamado de Bacha 1. A inclusão de um algarismo no nome prenunciava que aquele documento seria complementado por um outro. O Bacha 1 continha apenas duas fases do plano.

Na primeira fase, o governo tentaria aprovar no Congresso, antes do final da revisão constitucional, um ambicioso pacote de emendas. Mais do que uma reforma fiscal, buscava-se a redefinição do papel do Estado. Na segunda fase, prevista para janeiro de 1994, seria posto em circulação um novo indexador.

118 ♦ A HISTÓRIA REAL

Ressalte-se que já havia sido enviado o trabalho "A Indexação Diária Negociada" para todos os presentes citados na reunião, exceto o Clovis Carvalho.

Representavam o PSDB, além do anfitrião, Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Mário Covas e José Serra. Misturaram-se aos técnicos, espalhados pelos sofás e cadeiras da sala do apartamento do ministro. O filme já estava reforçado por Pêrsio Arida, André Lara Resende e Pedro Malan. Lá estavam também Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsh.

Segundo o livro, havia surgido um segundo trabalho: "O Bacha 2 ficou pronto em 21 de setembro". E ele tinha uma novidade: "previa uma terceira etapa: a substituição do indexador por uma nova moeda que substituiria o desvalorizado cruzeiro real."

O Bacha 2 ficou pronto em 21 de setembro. As cópias foram nomeadas como Unic 2 e Real 2. O texto incluía as duas fases anteriores — reforma constitucional e novo indexador — e previa uma terceira etapa: a substituição do indexador por uma nova moeda, que substituiria o desvalorizado cruzeiro real. Previa-se, no documento, que a implementação da última fase ocorreria apenas em 1995.

EVIDÊNCIAS DE QUE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA, DE CLAUDIO ABREU,
DE 31/08/1993, SERVIU DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO REAL

No dia 21/09/93 - mesma data do Bacha 2 - o Dr. Tasso Jereissati, para quem o trabalho "A Indexação Diária Negociada" foi enviado na condição de presidente do PSDB, enviou uma carta ao Autor, acusando seu recebimento, informando que "*a proposta estava sendo devidamente analisada*", o que leva a supor que ela teria sido discutida naquela reunião.

Ressalte-se que apenas no dia 22/09/1993, um dia depois, o cartão de Edmar Bacha ao Autor agradecendo o envio de seu trabalho foi postado. Recorde-se que esse cartão foi escrito em 08/09/1993, mesmo dia da publicação na Tribuna da Imprensa, foi postada no correio

TASSO R. JEREISSATI

Fortaleza, 21 de setembro de 1993

Ilmo. Sr.

Claudio Braga de Abreu e Silva

AFBNDESPAR

Av. Chile, 1000 - S/L - Mezanino

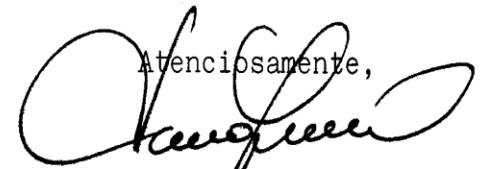
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Prezado Sr. Claudio,

Acuso recebimento da sua proposta para a economia brasileira - "Indexação Diária Negociada".

Agradecendo a sua colaboração, informo-lhe que a proposta está sendo devidamente analisada.

Atenciosamente,



Tasso Jereissati

Em 15/09/93, o Autor foi entrevistado pela jornalista Cristina Alves, de O Globo, na AFBNDESPAR. Segundo ela, a matéria foi feita, e seria publicada no dia 19/09/1993, mas isso não aconteceu.

Nesse mesmo dia 19/09/1993, um domingo, Folha de S. Paulo publicou essa notícia que cita a intenção de criar um indexador na economia lastreado no dólar inclusive para ser usado no mercado financeiro, tal como proposto na IDN.

Essa notícia comprova o interesse que esse assunto despertava nos leitores, e dificulta o entendimento do porquê da não publicação da entrevista pelo concorrente o O Globo

Folha de S. Paulo - 19/09/1993

COMBATE A INFLAÇÃO

Equipe pode antecipar medidas no câmbio e na política monetária

IVANIR JOSÉ BORTOT
SÔNIA MOSSRI
Da Sucursal de Brasília

Parte da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já trabalha com a hipótese de antecipar a segunda fase de sua estratégia de combate à inflação. A evolução foi provocada por dois fatores: a aceleração da inflação e a perspectiva de dificuldades para a aprovação do ajuste fiscal no Congresso.

Antes, o governo condicionava o tratamento de choque contra a inflação, chamado de "paulada" por Fernando Henrique, ao fechamento de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional e à aprovação da reforma fiscal.

A parte ortodoxa da estratégia da Fazenda inclui estudos que prevêem a aplicação de uma política monetária restritiva (programação rígida da quantidade de papel moeda em circulação) e a liberação do câmbio. O primeiro passo desse processo seria a unificação da taxa de câmbio.

Na prática, a Fazenda já está implementando um conjunto de medidas preparatórias para a uni-

ficação cambial e o enxugamento da moeda em circulação. A separação das contas do Tesouro e do Banco Central, por exemplo, vai resultar na redução de US\$ 52 bilhões em títulos da dívida mobiliária federal da carteira do BC.

A liberação do mercado de câmbio evitaria que o BC tivesse que comprar dólares, tendo que emitir títulos públicos para diminuir a quantidade de cruzeiros em circulação na economia. A separação de contas e a liberação permitiriam ao BC fazer política monetária.

Uma das idéias da Fazenda é fixar uma programação monetária mensal. O Banco Central avisaria com antecedência a quantidade de moeda que emitiria ao longo do mês. O crescimento mensal desse volume seria inferior à variação da inflação no período. Poderia ocorrer uma elevação temporária das taxas de juros, acarretando em tese uma redução dos preços na economia porque o custo de manter estoques seria elevado.

A política monetária apertada contribuiria ainda para induzir variações no câmbio. A idéia da equipe econômica é colocar as tarifas públicas alinhadas à taxa de

câmbio, na expectativa de que os agentes econômicos sigam exemplo do governo.

A unificação do câmbio também sinaliza a intenção de criar um indexador na economia lastreado no dólar. Na última semana, durante reunião de presidentes dos principais bancos do país com o ministro da Fazenda, foi discutida a multiplicidade de indexadores do mercado financeiro e a sua eventual substituição por um único índice com base no câmbio.

A assessoria de Fernando Henrique aposta no esforço feito até agora para equilibrar as contas públicas como suficiente para fechar um acordo com o FMI restrito ao governo Itamar.

Veja na contra-capa deste caderno.



**Uma promoção exclusiva
Pão de Açúcar
aos leitores da Folha.**

Pão de Açúcar

Mais Qualidade Pertinho de Você.

Em 22/09/93, é publicada na Folha de S. Paulo a matéria "Equipe econômica pode indexar preços ao câmbio já em outubro", informando que o indexador cambial prepararia uma futura desindexação da economia em 1994 e que alguns da equipe defendiam a sua adoção antes do ajuste fiscal (tal como na IDN) e que outros defendiam que o ajuste fiscal deveria preceder a introdução do indexador.

Em 23/09/93, a equipe econômica viajou para Washington para a reunião do FMI e BIRD, e sai a notícia na Folha de S. Paulo de nome "Banqueiros aprovam fixação de índice único baseado no câmbio".

No dia 24/09/93, os jornais publicaram declaração de Winston Fritsch, antes de embarcar para Washington, dizendo "estamos levando o esboço da desindexação da economia". Tais fatos mostram que a equipe econômica já tinha preparado um esboço do plano para levá-lo para discussão com o FMI.

brasil

Quarta-Feira, 22 de setembro de 1993 1-5

MUDANÇAS NA ECONOMIA

Equipe pode indexar preços ao câmbio já em outubro

Medidas de combate à inflação viriam durante revisão constitucional

Reservas têm nível recorde

Da Sucursal de Brasília

As reservas internacionais do país registraram total recorde de US\$ 25,9 bilhões em julho no conceito de liquidez internacional (disponibilidade total, ainda que não imediata). Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central. Pelo conceito de caixa (ou disponibilidade imediata), as reservas somaram US\$ 19,6 bilhões.

Em julho, o ingresso de dólares, superior a US\$ 1,9 bilhão, resultou principalmente do desempenho comercial —exportações menos importações. Os dados do BC apontam novo crescimento em agosto, de US\$ 2 bilhões, o resultado mais expressivo deste ano.

SÔNIA MOSSRI
LILIANA LAVORATTI

Da Sucursal de Brasília

O governo deverá adotar um indexador com base no câmbio e elevar as taxas de juros praticadas pelo Banco Central para tentar controlar a inflação. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi obrigado a antecipar as medidas. Os juros começaram a ser puxados para cima nesta semana. O indexador cambial deve ser implementado já em outubro.

Segundo a Folha apurou, os principais assessores do ministro estão na fase final da elaboração do plano FHC. A criação de um indexador com base no câmbio é considerado o mecanismo ideal para trazer todos os preços da economia para um único patamar, preparando uma futura desindexação em 94. O aumento dos juros visa evitar a formação de estoques especulativos e fuga para ativos, como dólar.

Na prática, a antecipação dessas

medidas, sem esperar a realização de um ajuste fiscal, marca a vitória do negociador da dívida externa brasileira, André Lara Resende, e do presidente do BNDES, Pêrsio Arida.

Ao contrário do secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, e do assessor especial, Edmar Bacha, Arida e Lara Resende consideram que o ajuste fiscal não é necessariamente a etapa anterior ao início do plano de estabilização. A estratégia de FHC é adotar medidas de combate à inflação já durante a revisão constitucional. Com isso, o governo espera sensibilizar o Congresso, especialmente o PMDB e o PFL, para a necessidade de aprovação de um ajuste fiscal antes do final do ano.

Nos últimos dias, a equipe de Fernando Henrique reuniu-se com os principais assessores do presidente Itamar Franco, como o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, e ministro-chefe da Secretaria-Geral, Mauro Durante. De olho na campanha elei-

total de '94 e na perspectiva de atrair o PMDB para o governo, o grupo palaciano aprovou a proposta de Arida e Lara Resende.

Em função da criação de um indexador com base no dólar, as tarifas públicas também seguiriam esse índice. Na última segunda-feira, Fritsch, Bacha, Arida e o diretor da área externa do BC, Gustavo Franco, discutiram no Rio as medidas do plano FHC. A equipe prefere não classificá-las de plano e afirma que serão implementadas gradualmente.

LAGOS ANDINOS
COM GUIA ACOMPANHANTE
Saídas semanais



Em 26/09/93, sai a notícia na Folha de S. Paulo "*Desindexação: Fazenda ainda estuda duas opções*" com subtítulo "Equipe ainda não sabe se promove a prefixação mensal ou se faz um congelamento temporário".

O.
FOLHA DE S. PAULO

26/9/93

brasil

Domingo, 26 de setembro de 1993 1 - 13

DESINDEXAÇÃO

Fazenda ainda estuda duas opções

Equipe não sabe se promove prefixação mensal ou se faz um congelamento temporário

SÔNIA MOSSRI
e IVANIR JOSÉ BORTOT
Da Sucursal de Brasília

O plano do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para derrubar a inflação prevê o uso de um indexador cambial. A equipe ainda não sabe se faz um prefixação mensal do câmbio, contribuindo um redutor em relação à inflação, ou se promove um congelamento temporário. As duas alternativas exigem cuidados para evitar que o Brasil queime suas reservas e venha a prejudicar as exportações.

O indexador cambial tem como objetivo dar estabilidade a todos os preços da economia. Na prática, o mercado passaria a ter como referência um indexador com base em uma moeda forte — o dólar —, abandonando o cruzeiro real, moeda inflacionada. Hoje, a legislação proíbe contratos com base na variação cambial. Com o indexador cambial, isso seria permitido.

A grande dúvida da equipe da Fazenda é como fazer a transição de todas as aplicações financeiras feitas por indexadores contaminados pela inflação, como a Taxa

Referencial e o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, para um novo indexador em dólar. Isso poderia implicar na adoção de uma tablita de conversão, mas o presidente Itamar Franco já avisou ao ministro da Fazenda que não deseja quebra de relações contratuais.

Qualquer uma das duas propostas envolve a desvinculação da variação cambial da inflação. No caso da prefixação cambial, o governo determinaria mensalmente

a taxa de câmbio compatível com a quantidade de moeda em circulação na economia. Não poderia, por exemplo, ocorrer uma expansão de moeda superior à variação do câmbio.

O uso de um indexador cambial exigiria uma redefinição da política salarial, as regras de aplicações no mercado financeiro, recolhimento de tributos e sistema financeiro da habitação. Um dos pontos mais delicados do plano FHC é a regra de correção do salário

mínimo. Além do impacto sobre o consumo, a maior preocupação da equipe são os efeitos sobre a folha de pagamento de beneficiários da Previdência Social.

Com relação ao funcionalismo público federal, a Folha apurou que a intenção da equipe é manter a atual política até maio de 94. A partir daí, os salários do funcionalismo seriam exclusivamente reajustados de acordo com o comportamento da arrecadação de impostos. Um dos principais problemas do orçamento de 94 é o pagamen-

to do funcionalismo, somando US\$ 27 bilhões.

A indexação cambial tem como meta preparar a economia para uma desindexação já a partir do segundo semestre de 94. A desindexação somente será adotada se o programa de estabilização da equipe conseguir reduzir a inflação para um patamar baixo. Com uma situação de desindexação completa da economia, o próprio governo não poderia cobrar tributos com correção monetária.

A equipe levou ao FMI (Fundo

Monetário Internacional) esse conjunto de medidas no esforço de tentar obter rapidamente um acordo com a instituição. O próprio Fundo já considera que somente o uso de medidas fiscais não é

suficiente para baixar a inflação crônica como a brasileira e admite a combinação de instrumentos ortodoxos (equilíbrio nas contas públicas) com a heterodoxia (indexador cambial).

Segundo informações publicadas na imprensa posteriormente, o FMI teria vetado a adoção do inovador indexador cambial, e teria preferido a alternativa da prefixação de preços e salários associada a um ajuste fiscal, tal como feito no México.

Em função disto, a equipe econômica avaliou esta alternativa durante todo o mês de outubro e até aproximadamente o dia 20/11/93.

Em 29/03/93, recebi telegrama por ordem do ministro da Fazenda FHC, informando que o trabalho foi encaminhado, para exame e providências cabíveis, à Secretaria de Política Econômica daquele ministério.

TEL. PR.

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
DIRETOR FINANCEIRO DA APENDESTAR
RIO DE JANEIRO - RJ

tel. 20.46310

INCUMBIO-HE O SENHOR MINISTRO DE INFORMAR A VOSSA SENHORIA
QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS EM SUA CARTA, DE 08.09.93, FORAM ENCA-
MINHADAS, PARA EXAME E PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS, À SECRETARIA DE POLÍ-
TICA ECONÔMICA DESTE MINISTÉRIO.

ATENCIOSAMENTE,

SYNEBIO SAMPAIO GOMES FILHO

CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

TRANS/SALTE/AAG:10:00H

TELEEX

EVIDÊNCIAS DE QUE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA, DE CLAUDIO ABREU,
DE 31/08/1993, SERVIU DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO REAL

No dia seguinte 30/09/93, foi enviada carta por ordem de Wisnton Fritsch, secretário de Política Econômica do Min. Da Fazenda agradecendo o envio do trabalho, e informando que ele está sendo analisado, e fazendo menção às suas "idéias novas e criativas".

Notar que aqui está o reconhecimento de que os membros da equipe ainda não tinham tido a idéia do indexador, caso contrário as minhas idéias não seriam "novas e criativas".

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Política Econômica

Ofício nº 1651 /SPE/MF

Brasília, 30-09-93

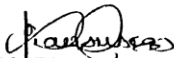
Ref.: Carta s/nº, de 08/09/93.

Prezado Senhor:

Por solicitação do Secretário de Política Econômica WINSTON FRITSCH, acusamos recebimento da correspondência de V.Sa. apresentando considerações para solucionar a atual crise econômico-financeira que o país atravessa.

Informo que a sugestão está sendo analisada e aproveito a oportunidade para agradecer a sua preocupação com os problemas do país, requerendo nesse momento, a participação de todos os brasileiros com idéias novas e criativas.

Atenciosamente,


LÍSCIO F. B. CAMARGO
Chefe de Gabinete

A Sua Senhoria o Senhor
CLAUDIO BPAGA DE ABREU E SILVA
Av. Chile, 100 - 5º andar - sala: 557
Centro - Plo de janeiro-RJ

Do início de outubro e até o dia 20/11/93 aproximadamente, a equipe econômica se concentrou na alternativa da prefixação de preços e salários sugerida pelo FMI, através da utilização de um indexador com redutor de inflação para ser aplicado compulsoriamente em toda economia, tal como dito anteriormente. Notícias publicadas na imprensa em 25/10/93, e nos dias 12, 17, 18, e 19/ 11/93, comprovam tal fato.

A partir do dia 22/11/93, os jornais informaram que a equipe econômica decidira abandonar a alternativa da prefixação dos preços e salários através da adoção de um indexador cambial com variação abaixo da inflação. Isto teria ocorrido numa reunião realizada em São Paulo no sábado anterior.

A partir daí quase todas as idéias apresentadas no meu trabalho passaram a ser anunciadas pela imprensa, tais como:

- a) o indexador seria criado para posteriormente se transformar na nova moeda;
- b) que ele não seria de uso compulsório;
- c) que ele teria variação diária acompanhando a variação da inflação, sem redutor;
- d) que estudava-se a alternativa dele ser determinado por uma cesta de moedas internacionais;
- e) que ele seria introduzido gradualmente na economia, começando pelas tarifas e títulos públicos, para depois ser o indexador de todas aplicações financeiras;
- f) que todos indexadores oficiais (TR, UFIR) da economia passariam a ter a mesma variação do indexador;
- g) que o indexador seria o referencial para a nova política salarial.

Além disto três sugestões que fiz para a reforma fiscal foram publicadas na imprensa como estando em estudos pela equipe econômica.

A última frase do trabalho A Indexação Diária Negociada, de 31/08/1993 é: “A presente proposta, se debatida, aperfeiçoada e implantada, poderia resultar no grande pacto nacional, tantas vezes tentado e não conseguido, pois o país iria passar por uma grande renegociação, livre e soberana, de suas atitudes e conceitos.” (original sem grifos)

- Compare-a agora com a reportagem de capa do Estadão de 28/11/1993, e se pergunte: onde já se viu um plano econômico tentar ser um pacto social no país, depois de tantos insucessos?

O Estado de S. Paulo, domingo, 28 de novembro de 1993

Governo pode usar UR para tentar pacto

Credibilidade no novo indexador atrelado ao dólar é essencial para sucesso do esforço de baixar a inflação, que não poderá ultrapassar os 35%, até que o ajuste fiscal comece a produzir efeitos

SUELY CALDAS

BRASÍLIA — O desgastado, ansioso e impossível pacto social para derrubar a inflação pode ser alcançado a partir das intensas negociações que se travarão pela adesão à Unidade de Referência (UR), novo indexador atrelado ao dólar que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, vai anunciar esta semana. O sucesso no teste inicial de credibilidade do novo índice é fundamental para que essas negociações se processem espontaneamente e — o que é melhor — sem a intermediação do governo, que oferece apenas o instrumento (a UR) para os interesses conflitantes da sociedade chegarem a um entendimento.

Hoje há um abismo entre o plano de estabilização idealizado pela equipe de FHC e seu sucessor, avam assessores do ministro Cardoso. O Congresso precisa aprovar o ajuste fiscal — colocado pela equipe como condição indispensável para aplicabilidade do plano —, a inflação não pode subir além do patamar dos 35% até que o ajuste fiscal comece a produzir efeitos, os agentes econômicos não devem de-

morar a aderir ao novo indexador e há o risco — sempre previsível — de o tiro sair pela culatra e a inflação subir, já que o reajuste de preços, contratos e ativos passará a ser diário. Porém, a equipe de FHC está confiante em que tudo se passará como o planejado.

“Nós vamos fazer a estabilização, ninguém tenha dúvida”, avisou na sexta-feira o ministro Fernando Henrique Cardoso ao anunciar a criação do Fundo Social de Emergência. “Mas faremos com o apoio da sociedade.”

O primeiro passo do governo para fazer da UR um índice confiável será atrelar sua receita — tarifas públicas e impostos federais — ao novo indexador. Acredita que nesse rastro logo seguirão Estados e municípios, que terão o atrativo de terem suas receitas tributárias corrigidas diariamente — não mais com o atraso de um índice mensal. A partir daí o governo imagina, torce e quer ver o



Cardoso: “Não há dúvida da estabilização”

empregado pressionar o empregador, o fornecedor negociar com o fabricante, o industrial fustigar o comerciante, enfim, representantes de interesses

conflitantes sentarem à mesma mesa, longe do governo, se entenderem e aderirem ao novo indexador.



“Vamos fazer exatamente o contrário do Cruzado”, lembra um integrante da equipe de Cardoso. “O Cruzado impôs o congelamento e aí começaram a pipocar os problemas: e o seguro como fica? E os contratos de serviço de longo prazo? Ninguém se entendia.”

Antecipação —

Ao lançar a UR antes de criar a nova moeda — etapa final do plano que vai propiciar a estabilização da inflação —, o governo antecipa a solução de conflitos entre partes contratantes e abre caminho para

O Estado de S. Paulo, domingo, 28 de novembro de 1993

Governo pode usar UR para tentar pacto

Observe-se que na matéria informa que todas tarifas públicas/impostos, títulos do governo, aplicações financeiras, aluguéis, mensalidades escolares e preços agrícolas e industriais seriam indexados à UR, tal como foi proposto em A Indexação Diária Negociada.

Contudo, por ocasião da implantação efetiva do plano a partir de março até junho de 1994 a indexação à URV (novo nome para a UR) foi bem inferior a que havia sido cogitado no final do mês de novembro de 1993.

implementar as medidas finais do plano sem maiores percalços.

Também sem maiores percalços, a equipe de Cardoso vai driblar a Constituição com seu plano de estabilização. A UR consagra a indexação de contratos ao dólar, proibida por dispositivo constitucional. Para indexar diretamente a economia ao dólar, o governo precisaria da aprovação de emenda à Constituição, além de convencer o presidente Itamar de que essa providência não fere a soberania nacional.

≡ Mais informações nas páginas B3 e B4

Como vai funcionar

Sistema de correção dos principais preços previsto com o novo indexador

Tarifas públicas/impostos — Serão corrigidos diariamente pela Unidade de Referência (UR).

Títulos do governo — Indexados à UR.

Aplicações financeiras — Ficam livres, mas sua indexação deve gradativamente migrar para a UR.

Salários — Política salarial é mantida, mas a equipe acredita que empregados e empregadores do setor privado irão usar a UR nos contratos de trabalho.

Aluguéis — O governo estuda a conveniência de mudar a legislação para permitir o reajuste diário numa etapa posterior. Por enquanto, permanece o reajuste semestral.

Mensalidades escolares — Num primeiro momento não serão reajustadas pela UR. Na medida em que o aumento dos salários passar a ser regulado espontaneamente pela UR, ficarão livres.

Preços agrícolas e industriais — A crescente credibilidade da UR levará as empresas a reajustar seus preços pelo novo indexador, acredita a equipe.



Na notícia publicada no mesmo dia 28/11/1993 na primeira página da Folha de S. Paulo "Presidente recusou três planos para a economia" foi informado que o presidente Itamar: a) não aceitou as propostas anteriormente apresentadas pela equipe econômica de prefixação de preços, de circulação de duas moedas, e de dolarização; b) que o plano aceito, o de um novo índice para a economia até a implantação da nova moeda, era tido como a última oportunidade do governo de conseguir estabilizar a economia.

Na carta de 09/09/93 do Autor ao presidente Itamar Franco estes dois temas foram abordados. E assim, a matéria confirmou a sua afirmação feita na carta ao presidente Itamar de que ele tinha *“uma certeza interna de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas”*.

Os subtítulos de [A Indexação Diária Negociada](#), são *Uma proposta para a economia brasileira* e [Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra](#). Este segundo decorreu do que o Autor o ter considerado como sendo a [essência da proposta](#), como se vê no trecho abaixo transcrito:

“A essência da proposta guarda semelhança com a elaboração das vacinas contra picadas de cobras, onde se usa o próprio veneno para combater seus efeitos. Assim, para acabar com a diferenciação da indexação no Brasil é preciso usar a própria indexação, e não se tentar eliminá-la.”

E essa analogia acabou por gerar grandes comprovações da utilização de “A Indexação diária Negociada” na elaboração do Plano Real.

Isto porque ela foi citada na reportagem "Façam seus jogo senhores" da revista Exame de 08/12/93, no trecho reproduzido a seguir:

"Concebida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique,, a UR destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros anti-ofídicos, feitos a partir do próprio veneno dos répteis, a UR será uma correção monetária destinada a combater a inflação, e não para eternizá-la. Ou, mais simples, servir de salvo-conduto até a estabilização dos preços, conforme definiu um dos principais assessores do ministro em conversa a chefe da sucursal de Exame em Brasília Nely Caixeta e a jornalista Cíntia Sasse..." (grifos do Autor).

BRASIL

Revista EXAME
08/12/1993

FAÇAM SUAS APOSTAS, SENHORES

Nem o Congresso nem os empresários parecem dispostos a dar muitas cartas ao Plano FHC 2

Executivos e empresários estrangeiros, quando vêm de fora o Brasil, têm enorme dificuldade em entender como as empresas lucram e a economia cresce no país com uma inflação alta. Quando ficam sabendo que os preços sobem hoje em torno de 35% ao mês, então, a história parece-lhes rair ao absurdo. Os colegas brasileiros desses executivos e empresários têm certamente muito menor dificuldade em entender o aparente milagre. É que, de um quarto de século para cá, eles aprenderam a usar uma outra moeda com a qual tiram de letra a inflação. Trata-se da moeda indexada, representada pela correção monetária. As aplicações financeiras, quase todos os preços praticados pelas empresas e até mesmo os salários são atualizados com base nessa outra moeda. É o lado bom da correção: ela permite que se conviva com uma inflação altíssima sem que as empresas parem de funcionar e as pessoas comam cachorros nas ruas, como nos tempos da hiperinflação alemã da década de 20. Mas há também o lado ruim: com moeda indexada, dificilmente um país consegue viver sem inflação alta.

Escapar dessa armadilha é o que propõe o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Nas últimas semanas, sete meses depois de ter assumido o cargo, ele finalmente anunciou o esboço do que poderá ser o sexto plano contra a inflação dos últimos sete anos, série iniciada com o Plano Cruzado, de 1986. Assim como seus antecessores na Fazenda, Fernando Henrique se mostra otimista. "Es-

tamos com condições excelentes para estabilizar a economia", afirma. "Temos reservas cambiais elevadas, bom desempenho das exportações e crescimento econômico, de maneira que não é necessário nenhum pulo-do-gato para acabar com a inflação."

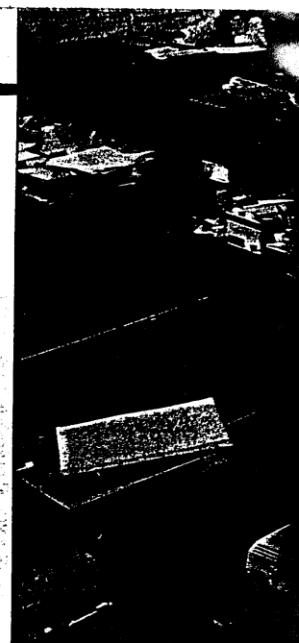
NOVO INDEXADOR — Pode não ser um pulo-do-gato, mas do esboço do novo plano consta um ingrediente heterodoxo. Trata-se da unidade de referência, UR, nome provisório dado ao embrião de uma nova moeda que se pretende adotar inicialmente como indexador. Concebida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique, da qual fazem parte alguns dos responsáveis pela montagem do Plano Cruzado, a UR destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros anti-ofídicos, feitos a partir do próprio veneno dos répteis, a UR será uma correção monetária destinada a combater a inflação, e não a eternizá-la. Ou, mais simples, a servir de salvo-conduto até a estabilização dos preços, como definiu um dos principais assessores do ministro em conversa com a chefe da



FHC: plano pronto

sucursal de EXAME em Brasília, Nely Caixeta, e a editora assistente Cíntia Sasse. De acordo com esse assessor, o chamado Plano FHC 2 terá duas etapas:

► Na primeira, pretende-se restabelecer a noção de preço perdida com a inflação elevada. Para isso, a UR seria oferecida ao mercado como um índice que reflete a inflação corrente e não a do passado. "É como se adotássemos a correção pelo overnight ou pelo dólar, que são calibrados dia-



riamente, de acordo com o que estão fazendo as pesquisas de preços", diz o assessor. Como a adesão à UR será voluntária no início, o governo pretende dar o exemplo corrigindo o câmbio, o over e os impostos com ela. Uma hipótese em estudo é a criação de uma taxa de conversão em relação aos cruzeiros reais que estão em circulação. "Digamos que a UR seja reajustada diariamente de tal forma que a UR seja sempre 1,1 lar", afirma o assessor. Nesse caso, se existisse, no dia 30 passado uma UR valeria 236 cruzeiros reais, porque essa foi a cotação alcançada no dia pelo dólar comercial. ► Na segunda etapa, viria a transformação da UR em moeda. Isso pressupõe que o novo indexador tenha ganhado credibilidade entre as empresas, os aplicadores e os aliados na etapa inicial do plano. "Uma vez que a economia adere ao novo indexador, o comportamento da inflação fica, como diz uma expressão inglesa, amarrada ao seu próprio cordão de sapato", afirma o assessor do ministro. "Será então o momento de usar a UR para criar uma moeda conversível." O lastro seria constituído pelas reservas em moeda estrangeira do Banco Central, que ficaria impedido de emitir para cobrir gastos do Tesouro. A partir do momento em que se tornasse conversível, a UR teria uma paridade fixa em relação

O Jornal do Brasil procurou o Autor e publicou a essa matéria no dia 13/12/1993:

Engenheiro assume paternidade do plano

Luiz Morier

78. 13. 12. 93

■ Funcionário do BNDESPar afirma que idéias são suas

Nem Winston Fritsch, nem Edmar Bacha, Gustavo Franco, André Lara Resende ou Pêrsio Arida. O engenheiro Claudio Braga de Abreu e Silva, 44 anos, funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPar) desde 1975, é quem reivindica a *paternidade* do plano anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso.

Ou, pelo menos, desconfia das coincidências entre o plano do ministro e o programa por ele elaborado em julho e encaminhado em setembro ao presidente Itamar Franco, a Fernando Henrique e sua equipe, a deputados, senadores, associações comerciais, federações de indústria, sindicatos, partidos políticos e jornais.

Foram mais de 150 cartas, e uma das respostas deixa Abreu ainda mais obcecado em ter sua contribuição reconhecida, "se for o caso, naturalmente", apressa-se em ressaltar. Ela veio da Secretaria de Política Econômica, de



Abreu e Silva: os economistas do BNDES não o levaram a sério

Winston Fritsch, e agradece "a preocupação com os problemas do país, que requerem no momento a participação de todos os brasileiros, com propostas novas e criativas".

Veneno de cobra — O programa do engenheiro, que tem mestrado em Administração de Empresas pela Coppead, é uma adaptação de uma idéia antiga: usar a indexação para acabar com a indexação — ou o veneno da cobra para neutralizar os efeitos do próprio veneno, como gosta de dizer. Em 1985 Pêrsio Arida e André Lara Resende já propunham a *otenziação* da economia para quebrar a inércia inflacionária.

Abreu propôs a criação do

Cruzeiro Cambial (CrC\$) como indexador diário. A nova *moeda* teria seu valor em cruzeiros reais calculado diariamente com base em uma cesta de moedas estrangeiras. Este indexador seria de adesão voluntária — ou negociada — e seu valor inicial seria equivalente a um dólar comercial.

Cheques — O programa tem três etapas. Na fase de preparação, que duraria seis meses, seria criado o cruzeiro cambial e se autorizaria a indexação diária. A Ufir seria substituída pelo CrC\$ e todos os preços poderiam ser expressos nessa moeda, inclusive em faturas e cheques.

Os salários seriam protegidos da indexação diária dos preços aderindo imediatamente ao novo

indexador. Eles seriam convertidos pela média dos últimos 12 meses. O *Plano Abreu* propõe também a criação do vale-salário, expresso em CrC\$.

Cruzeiro Novo — Na segunda fase, de estabilização, seria extinto o cruzeiro real e criado o cruzeiro novo (NCr\$), que equivaleria a CrC\$ 1. Ela duraria 12 meses e nos três primeiros o NCr\$ teria paridade com o dólar.

Na terceira fase, de consolidação, o cruzeiro novo seria substituído pelo cruzeiro e a indexação seria proibida. O *Plano Abreu* condiciona o sucesso das medidas a reformas estruturais no Estado. Mas considera possível fazer o ajuste aos poucos.

Popular — No BNDES, onde Claudio Abreu é considerado um técnico competente, além de ser uma figura popular e querida por seu bom humor, os colegas evitam comentar o assunto. Ele próprio se queixa de que não foi levado a sério no banco, principalmente pelos economistas. Mas não se deixa abalar:

"A reação ao plano foi muito tranqüila. Não seria porque todos os que leram o meu programa já sabiam o que ia acontecer?" (L.S.)

No dia 27/11/1994 O jornal A Gazeta, de Vitória – ES, publicou matéria sobre essa cobrança:

24 – Vitória (ES), domingo, 27/11/1994

Economia

A GAZETA

Engenheiro capixaba cobra autoria do Plano Real

José Antônio Sarcinelli

Quem foi, afinal, o autor da idéia inovadora que originou o Plano Real, a de criar um indexador diário e transformá-lo em seguida em moeda? A resposta está sendo cobrada do presidente da República, Itamar Franco, através de carta, por quem acredita ter sido o idealizador da medida, o engenheiro civil capixaba Cláudio Braga de Abreu e Silva, atualmente desenvolvendo atividades na área financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O presidente deve esclarecer a origem do plano, porque estou convicto de que ele foi baseado em trabalho de minha autoria”, afirmou.

O engenheiro explicou que, no período de julho a outubro de 93, quando se discutia no país medidas para a estabilização da economia que não envolvessem congelamento de preços e salários, elaborou um estudo denominado A Indexação Diária Negociada - Uma Proposta para a Economia Brasileira, em que defende a tese de que “contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”, referindo-se à melhor forma de combater a inflação brasileira. A proposta de indexação contempla três fases - preparação, estabilização e consolidação - e o carro chefe é a criação de um indexador-moeda, o cruzero cambial (CrCS).

Cláudio Abreu revelou que o estudo foi uma contribuição pessoal ao Grupo de Ações Estruturais Contra a Miséria e a Fome dos Funcionários do

BNDES, do qual participa, formado no âmbito da Campanha contra a Miséria e Pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Como atribuiu ao trabalho caráter supraclassista e suprapartidário, encaminhou a proposta, no período, para mais de 150 pessoas e instituições do Poder Executivo e Legislativo (federal, estadual e municipal), e à entidades representativas da indústria, do comércio, do setor financeiro, dos trabalhadores, das universidades e da imprensa.

Equipe

De acordo com ele, a versão preliminar do estudo Indexação Diária Negociada foi encaminhada, primeiramente, para o presidente do BNDES, Delben Leite. A versão final, datada de 31 de agosto, foi remetida, em seguida, ao presidente Itamar Franco, ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko. Também receberam cópias os renomados integrantes da equipe econômica, como Edmar Bacha, Winston Fritsch, Pedro Malan, André Lara Resende, Osires Lopes Filho, Raul Jungmann, Pêrsio Arida e Aspásia Camargo.

O engenheiro destacou o recebimento de 40 cartas de agradecimentos pelo envio do trabalho, entre elas a de Edmar Bacha, considerado o pai do plano, e a de Winston Fritsch, integrantes da equipe de FHC, elogiando a iniciativa e afirmando que a proposta estava sendo analisada pelo Governo. “As cartas começaram a chegar logo após a divulgação



as primeiras noticiais sobre a adoção do indexador. Por este motivo, acredito que o trabalho que elaborei foi a base para a criação do Plano Real e nada mais justo do que receber o crédito”, defendeu.

A utilização do indexador diário, conforme enfatizou o engenheiro na cópia enviada ao presidente Itamar e ao ministro da Fazenda, permitiria que, pela primeira vez na história econômica do país, se aplicasse um programa de es-

tabilização gradualmente e em etapas, sem congelamentos, seqüestro de poupança e quebras abruptas de contratos. “A minha idéia, tal como agiu o Governo, era evitar surpresas para a sociedade, um plano transparente, anunciado e negociado”.

Ao cobrar do Governo o nome da pessoa que idealizou o Plano Real, Cláudio Abreu quer pôr fim a um ano de muita angústia (a de ter convicção e não a certeza), satis-

fazer a vaidade pessoal e, o mais importante, deixar uma base de sustentação para novos planos de estabilização. Isto porque entende que o real desviou-se da idéia original, que previa a vigência do indexador por 12 meses, por ter sido adaptado aos interesses eleitorais do ministro. “Cobrei de FHC a verdade sobre a autoria do plano e não obtive resposta. Decidi então solicitar todos os esclarecimentos ao presidente da República”.

EVIDÊNCIAS DE QUE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA, DE CLAUDIO ABREU,
DE 31/08/1993, SERVIU DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO REAL

No dia 07/12/94 o Autor encaminhou para o presidente Itamar Franco uma carta (com dois volumosos anexos de documentos), com cópias para diversas pessoas, entre as quais o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. No dia 30/12/1994, por ordem do presidente Itamar recebi dois telegramas, o segundo abaixo reproduzido, informando que o "seu pleito foi encaminhado ao Ministério da Fazenda" e "que só o referido ministério é o órgão competente para informar sobre o assunto. E o Ministério da Fazenda nunca informou sobre o assunto.

TELEGRAMA FONIA D
E COMO TELEFONE PARA
ECT HOJE E PAGUE DEPC

*
21231 X RJCA
23702TQSTM DF
30/1955
XDF86941 3012 1953 SCM/DF (D05)
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
PRES. REP.38769-SR. CLAUDIO BRAGA DE ABREU
E SILVA-ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DA
BNDES-PARTICIPACOES S/A-AV. REPUBLICA DO
CHILE MR 100-SOBRELOJA/MEZANINO-CENTRO
20139-900 RIODEJANEIRO/RJ

POR DETERMINACAO DO EXECELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA,
ACUSO RECEBIMENTO DE SUA CORRESPONDENCIA DATADA DE 07/12/94. INFORMO
QUE O SEU PLEITO FOI ENCAMINHADO AO MINISTERIO DA FAZENDA, POR AVISO
NR 0659/SG/SDH, DESTA DATA. ESCLARECO QUE SO O REFERIDO MINISTERIO
EH O ORGAO COMPETENTE PARA INFORMAR SOBRE O ASSUNTO.

SALETE ALVES PEREIRA
SECRETARIA DE DOCUMENTACAO HISTORICA DA SECRETARIA-GERAL
DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA.

REMETENTE
T611451
ASSINANTE TELEX

21231 X RJCA

CORREIOS

TELEGRAMA
CONFIAVELIDADE A SUA DISPOSICAO
A RAPEZ E



CORREIOS

CORREIOS

EVIDÊNCIAS DE QUE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA, DE CLAUDIO ABREU,
DE 31/08/1993, SERVIU DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO REAL

Em 23/06/95, o Autor escreveu uma carta ao presidente da República Fernando Henrique Cardoso, enviando-lhe o seu artigo "Plano Real: como sair da sua sinuca de bico", onde fez algumas sugestões para acertar o rumo do Plano Real, a saber, uma desvalorização cambial de 30%, a recriação da URV (para a reindexação temporária dos preços e salários) e de medidas no mercado financeiro. Nesta correspondência, também foi remetida cópia da carta ao presidente Itamar Franco de 14/12/95 e pedido a FHC que, na condição de presidente da República, esclarecesse a contribuição do autor na elaboração do Plano Real. No dia 31/10/95 o Autor recebeu um telegrama do próprio presidente FHC, abaixo reproduzido, no qual agradeceu o envio do artigo da "sinuca de bico", mas simplesmente ignorou o novo pedido de esclarecimento feito pelo Autor.

1103 2058
252043ECTXA BR
252103ECTXH BR
XBR40416 0311 1837 SCM/MG (PD1)
1FLR X06RAMA-BELOHORIZONTE/MG

TELEGRAMA
BORES DEP 42700 031690P/SSP SR CLAUDIO
BRAGA DE ABREU E SILVA - AV CHILE 100
BRZANTINO - AFRNDESPAR - CENTRO
201301000 RIODEJANEIRO/RJ

GO 31 DE OUTUBRO DE 1995 - ACUSO RECEBIMENTO E AGRADEÇO
GENTILEZA ENVIO TRABALHO DE SUA AUTORIA DENOMINADO "O PLANO REAL: COMO
SAIR DA SUA SINUCA DE BICO".
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PRESIDENTE DA REPUBLICA.

TO 031800P/SSP

ORREMENTE
T011451
ASSINANTE TELEFAX

252007ECTXB BR
252103ECTXH BR
252043ECTXA BR

RAMA FONADO
TELEFONE PARA A
PAGUE DEPOIS

TELEGRAMA
COMODOR
EST. HOJE

CORREIO

CORREIO

TELEGRAMA RAPIDEZ E
CONFIAVELIDADE A SUA DISPOSIÇÃO.

EXP
31/10/95
031900P/SSP
A. 6/11/95

Afinal, será que FHC só leu o artigo, que tinha poucas páginas, e deixou de ver a carta de pedido de esclarecimento que tinha dois volumosos anexos? Por que será que ele só agradeceu o envio do artigo e deixou de responder ao pedido de esclarecimento?

Como o Autor no artigo afirma que, até prova ou desmentido em contrário, o Plano Real foi formulado a partir do seu trabalho, pode-se entender que o silêncio do presidente representou sua concordância implícita com o que o Autor havia afirmado, dentro da visão do ditado popular de “quem cala, consente”. Tal fato foi objeto da última carta que ele remeteu ao presidente FHC em 07/12/95, que também nunca me foi respondida.

A pergunta que pode ser feita também é: o presidente FHC não querendo revelar explicitamente, pelo motivo que for, que o trabalho “A Indexação Diária Negociada” realmente serviu de base para a elaboração do Plano Real, não poderia estar, meio que em linguagem codificada, fazendo isso de forma implícita?

Vale ressaltar que geralmente as correspondências enviadas a altas autoridades recebem cartas de agradecimento escrita por seus auxiliares a seu pedido. Nesse caso foi o próprio presidente FHC que enviou o telegrama agradecendo o envio do artigo.

Vale dizer que, segundo informado, por volta de 1997, pelo jornalista Celso Pinto, nas suas colunas na Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil, no mês de julho de 1995 o governo quase fez uma maxi, mas a quebra do Banco Econômico, seguida pela do Banco Nacional impediram a sua efetivação. Será que não existiu relação entre este fato e o telegrama que o Autor recebeu pessoalmente de FHC?

O Autor sempre foi contra os rumos que o Plano Real seguiu, calcado numa política de juros escorchantes e câmbio valorizado. Em outubro de 1996, no livreto do seu CD, A CADA ÂNGULO E TEMPO DO OLHAR, ele escreveu na observação (1), em complemento à afirmação feita no texto principal, de que a maior aplicação da sua Teoria Geral da Bidualidade era ela ter contribuído para a elaboração do seu trabalho que serviu de base para a elaboração do Plano Real. Tal observação é reproduzida a seguir:

"Refiro-me ao meu trabalho, de 31/08/93, denominado "A Indexação Diária Negociada" (de subtítulo "Contra o Veneno da Cobra, Só o Próprio Veneno da Cobra"), que foi uma contribuição pessoal para a Campanha Contra A Miséria e a Fome, do Betinho. Na sua primeira versão, de 30/07/93, fiz uma menção à TGBD, omitida nas versões seguintes. Esse trabalho foi a base teórica do denominado Plano Real, pois nele propus, pioneiramente, a criação de um indexador cambial diário para a economia, o qual após longo período se transformaria na nova moeda forte nacional. Tal indexador, posteriormente, veio a se chamar URV e se transformou, prematuramente, no Real.

Lamento que os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, para os quais enviei o citado trabalho no início de setembro/93, nunca se dignaram a reconhecer o meu mérito nessa questão. E, principalmente, que não tenham aproveitado integralmente minhas propostas.

Como o período da URV foi muito curto (por motivações eleitorais) e não foram feitas as reformas estruturais necessárias (por falta de decisão política), restou ao governo, para compensar, sobrevalorizar o câmbio, escancarar a economia às importações e globalização, aumentar os juros, arrochar os salários (via sua desindexação), resultando disto a contenção do crescimento e os aumentos do endividamento público, da inadimplência e quebradeira das empresas/pessoas e do desemprego. Tudo de uma forma bem diferente do que propus.

E, assim, colocaram em risco o nosso mais bem sucedido plano de combate à inflação, e nos meteram numa sinuca de bico - que lenta e gradualmente vai deteriorando a nossa economia - e para a qual já sugeri uma saída, infelizmente não aproveitada. Note-se que a nova moeda foi criada numa paridade de um para um com o dólar e, depois de 60% de inflação, continua quase nessa mesma paridade. Afinal, o Real é real?"

Realmente, o Real era irreal. Isto começou a ser confirmado em novembro de 1997, quando o Brasil foi sacudido pela crise do Sudeste Asiático, e, mais ainda, com o advento da crise da Rússia. O Autor fez um novo trabalho, denominado [A MAXI HETERODOXA](#), de subtítulo, UMA SAÍDA, SEM DOR, PARA A SINUCA DE BICO DO PLANO REAL, que foi entregue em 24/09/98 ao então presidente do BNDES, André Lara Resende, e posteriormente, para o presidente Fernando Henrique Cardoso, encaminhado através de carta dos presidentes da AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME, na qual eles faziam referência à contribuição do Autor ao Plano Real, através do seu trabalho [A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA](#). A seguir são transcritos os trechos de interesse dessa correspondência que nunca teve resposta:

“Exmo. Sr. Presidente da República,

O Brasil está passando por uma fase de muitas incertezas e riscos, relacionada a dois pontos críticos da atual política econômica do governo: o câmbio sobrevalorizado e os juros elevados. (...)

(...)

*Assim, boas propostas de como equacionar a questão devem ser estimuladas e apoiadas. Dentro deste ponto de vista, resolvemos prestigiar a iniciativa do nosso colega Claudio Braga de Abreu e Silva, engenheiro da BNDESPAR (BNDES Participações S.A.), e diretor financeiro da AFBNDESPAR. Ele acaba de elaborar mais uma proposta para nossa economia, denominada ["A Maxi Heterodoxa"](#), de subtítulo **"Uma saída, sem dor, para a sinuca de bico do Plano Real"**,*

EVIDÊNCIAS DE QUE **A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA**, DE CLAUDIO ABREU, DE 31/08/1993, SERVIU DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO REAL

- *No ano de 1993 tivemos a oportunidade de acompanhar - desde o nascimento da idéia, passando pela sua elaboração e até sua distribuição -, uma sugestão para nossa economia, também feita pelo Dr. Claudio Abreu. O trabalho em questão, denominado "**A Indexação Diária Negociada**" (com subtítulos "**Uma Proposta para a Economia Brasileira**" e "**Contra o Veneno da Cobra, Só o Próprio Veneno da Cobra**"), foi feito em duas versões: a original de 31/08/93 e a resumida, de 08/09/93. Tal estudo foi uma contribuição à campanha "Ação da Cidadania contra a Miséria e a Fome", liderada pelo saudoso Betinho, que foi apoiada pelas três Associações de Funcionários do Sistema BNDES.*

Com ajuda da AFBNDESPAR, o referido estudo foi distribuído, nos meses de setembro a novembro de 1993, para mais de 200 entidades e pessoas no país, dentro de uma visão supraclassista e suprapartidária - inclusive para o então presidente Itamar Franco, para V. Exa., então ministro da Fazenda e para todos os então integrantes da equipe econômica daquele ministério.

Tal sugestão, conforme tudo indica, acabou servindo de base para a elaboração do Plano Real, embora tal fato nunca tenha sido reconhecido pelo governo atual e pelo anterior. E isto não foi por causa de falta de pedido de esclarecimento sobre a questão, na medida que nosso colega encaminhou diversas correspondências solicitando tal providência, inclusive para o presidente Itamar Franco (no dia 14/12/94) e para V.Exa. (no dia 23/06/95), os quais sequer foram respondidos, a exemplo do feito na carta, de dezembro de 20/12/94, dos presidentes da AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME ao então presidente da República Itamar Franco.

- (...)

Quem sabe, o nosso colega não está, mais uma vez, propondo uma saída para o nosso país? Esperamos que sim, tal como em 1993. E que, caso esta sugestão venha a ser aproveitada pelo governo federal, ele não deixe de declarar a sua origem, como forma de reconhecer e estimular iniciativas desta ordem, que só têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento e o crescimento desta Nação, garantindo a prosperidade e o bem estar para toda a sua população.”

(...)

Atenciosamente,

Antônio Saraiva da Rocha

Presidente da AFBNDES - Associação dos Funcionários do BNDES

Adilson Vianna Costa

Presidente da AFBNDESPAR - Associação de Funcionários da BNDESPAR

Jane Maria Coelho Duarte

Presidente da AFFINAME - Associação de Funcionários da FINAME”

A evidência final de que A Indexação Diária Negociada serviu de base para elaboração para o Plano Real é dada pelo próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na página 179 do seu livro “A ARTE DA POLÍTICA – A HISTÓRIA QUE VIVI”, publicado em 2006 pela editora Civilização Brasileira, FHC após contar nas páginas anteriores que os membros da sua equipe econômica não sabiam bem o que fazer para debelar a inflação, inicia a narração do que foi feito num subcapítulo que semelhante ao subtítulo “*Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*” de A Indexação Diária Negociada, conforme pode ser abaixo:

A ARTE DA POLÍTICA

A URV: matando a inflação com o próprio veneno pag.179

A idéia de aproveitar a indexação preexistente para estabelecer a noção de valor estável tinha semelhanças com o princípio da homeopatia, *similia similibus curantur*. mataríamos a inflação usando seu próprio veneno, a indexação. Corrigiríamos os preços, diariamente, por um indicador da perda de valor da moeda corrente, o cruzeiro real. O governo adotaria e induziria a sociedade a adotar esse indexador diário para denominar os valores de contratos e preços. Depois de um tempo, quando todos se acostumassem a usar essa moeda virtual como uma unidade estável de valor, como muitos já faziam com o dólar ela se transformaria na nova moeda corrente, o real. Nesse período de transição os agentes econômicos teriam oportunidade de alinhar espontaneamente os preços, evitando que reajustes defasados “contaminassem” a moeda nova com a inflação na moeda velha, como ocorrera em planos anteriores.

Fernando Henrique Cardoso

A ARTE DA POLÍTICA
A HISTÓRIA QUE VIVI

Face ao exposto, não restam dúvidas de que existem fortes evidências de o Plano Real foi feito a partir do trabalho A Indexação Diária Negociada, em especial as apresentados a seguir:

1) o fato da idéia do indexador ainda não existir no meio acadêmico, lembrando que a versão preliminar de 30/07/1993, entregue ao então presidente Delben Leite, já continha tal indexador, e que a segunda versão entregue ao Dr. Raul Julgmann, então secretário-executivo da SEPLAN no dia 09/08/93, e na 3ª versão, entregue no dia 13/08/1993 ao Dr. Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC, esse indexador já se transformava na nova moeda forte nacional.

2) a primeira notícia publicada na Tribuna da Imprensa, no dia 08/09/93, se referindo a uma proposta de ser utilizado um indexador diário que se transformaria na nova moeda forte nacional para debelar a inflação, foi a denominada “Técnico sugere o cruzeiro cambial”, que apresentou um resumo de A Indexação Diária Negociada e informou que esse trabalho já havia sido entregue ao Dr. Edmar Bacha, assessor do ministro da Fazenda FHC.

3) o fato da idéia de se utilizar o indexador diário na a economia começar a ter sido noticiada logo após o seu envio do trabalho para os membros da equipe econômica do governo; ressaltando-se que a primeira notícia que informou isso se deu no dia 10/09/1993, publicada por O Estado de S. Paulo;

4) o plano contendo ao tal “*esqueleto da dexindexação*”, conforme informou à imprensa o Dr. Winston Fritsch, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, foi levado 23/09/1993 para análise do FMI, que o vetou, por achar que a inovadora idéia do indexador não existia na teoria econômica e nunca havia sido testada.

5) aliás, foi por ordem do Dr. Fritsch que o Autor recebeu carta agradecendo o envio do trabalho e fez alusão de que, em função da crise, todos deveriam contribuir com idéias novas e criativas. Adicionalmente, quando o lançamento do Real havia completado um ano, numa palestra organizada pela COPPEAD/UFRJ foi o mesmo Dr. Fritsch que respondendo a pergunta do Autor disse que a idéia de debelar a inflação com uso de indexador diário que depois se transforma na moeda forte inexistia no meio acadêmico e surgiu durante a formulação do plano

6) o fato de grande parte das minhas propostas ter sido divulgada pela equipe econômica na imprensa no final de novembro e início de dezembro de 1993;

7) as diversas coincidências entre fatos publicados na imprensa e em livros, entre datas e fatos relacionados à formulação do Plano Real e ao meu trabalho, anteriormente relatadas;

8) o fato de versões divulgadas posteriormente em entrevistas de membros da equipe econômica, notícias e reportagens nos jornais, revistas e livros serem bastante contraditórias, pois em muitas delas ora um membro da equipe econômica teria feito uma coisa, ora teria feito outra, e assim ninguém até hoje, a exceção do Autor de [A Indexação Diária Negociada](#) realmente assumiu a paternidade da idéia de se usar um indexador que vira moeda para acabar com a inflação

9) o fato de muitas dessas versões partirem do princípio de que a equipe econômica desde o começo, em agosto de 1993, sabia o que iria fazer para acabar com a inflação, o que é negado pelo próprio então ministro da Fazenda FHC o seu livro A Arte da Política (em especial na pag. 178) , não considerando esquecendo -se de que:

- a) no mês de agosto/93 as alternativas mais comentadas na imprensa eram a dolarização à moda argentina e o "conselho da moeda", de Lara Resende;
- b) no mês de setembro/93 prevaleceu a idéia do indexador cambial, tal como na de [A Indexação Diária Negociada](#), mas que foi vetada pelo FMI;
- c) no mês de outubro/93 até 20/11/93, prevaleceu a alternativa da prefixação, com um indexador cambial compulsório com variação mensal abaixo da inflação do mês anterior;
- d) a partir de 21/11/93 – certamente por falta de alternativas, conforme previu o Autor na sua carta ao presidente Itamar Franco de 09/09/1993, quando lhe enviou o seu trabalho - e até o anuncio do plano em 07/12/93, a imprensa publicou quase que integralmente tudo o que foi proposto em [A Indexação Diária Negociada](#), inclusive a idéia de que o plano poderia vira um pacto social, o que acabou não sendo implementado porque posteriormente foram sendo sucessivamente alteradas até as sua implantada.

O que não ficou claro é porque o presidente Itamar Franco e o ministro da Fazenda e depois presidente Fernando Henrique Cardoso nunca esclareceram o fato de que o a idéia do indexador que vira moeda foi de [A Indexação Diária Negociada](#), considerando que o Autor e até os presidentes das três Associações de Funcionários das empresas dos Sistema BNDES nunca tiveram resposta aos diversos pedidos de esclarecimento sobre a questão. Afinal, o Autor é funcionário da BNDESPAR, empresa integralmente pertencente ao Governo Federal, e certamente poderia ter contribuído muito mais caso tive sido convidado a fazer isso.

O fato do então presidente Fernando Henrique Cardoso ter enviado pessoalmente telegrama de agradecimento ao Autor pelo envio da proposta “Plano Real: como sair da sua sinuca de bico” e deixar de lhe dar o esclarecimento quanto a sua contribuição na formulação do plano Real, feita através de uma carta com dois anexos volumosos , contendo mais de 500 páginas, talvez possa ser visto como uma mensagem codificada de FHC de que isto teria sim acontecido.

Vale ressaltar o fato do subtítulo do trabalho, “*Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*” ter dado duas indicações importantes de que [A Indexação Diária Negociada](#) realmente serviu de base para a formulação do Plano Real. Na verdade foram três vezes, pois também saiu menção a essa idéia numa reportagem da revista Veja sobre o Plano Real por volta de 1995 a 1996.

Mais uma vez o fato da última delas ter sido feita pelo próprio FHC no seu livro de 2006, [A Arte da Política](#), reforça a tese de que ele mais uma vez disse em mensagem codificada de que realmente [A Indexação Diária Negociada](#) serviu de base para a formulação do Plano Real. Afinal, ele sendo um político experiente, não iria se expor fazendo uma afirmação que o poderia deixar constrangido. Está mais do que na hora de FHC esclarecer essa questão sem resposta a exatamente 17 anos, lembrando que o Plano Real foi anunciado oficialmente no dia 7/12/1993 e que esse texto foi concluído em 07/12/2010.